

Sarney terá que conquistar os votos da bancada

O presidente da extinta Arena, senador José Sarney, se quiser continuar na direção do partido governista deverá conquistar os votos de seus subordinados, hoje mais do que nunca dispostos a exigir uma eleição democrática para escolher seus dirigentes: «a democracia não pode se resumir apenas ao nome do partido», defendia ontem no Congresso, por exemplo, o deputado gaúcho Carlos Chiarelli (RS).

Ao que tudo indica, a posição de Chiarelli não é isolada no partido do governo. A nova roupagem que se quer imprimir a falecida Arena, sem os vícios antigos de obedecer às decisões superiores sem opinar — o que lhe valeu o apelido de Arena-do-Amém, parece ter despertado o apetite de participação de seus deputados.

Em contrapartida, as restrições de parlamentares do PDS não somente a Sarney, mas também a toda a cúpula de dirigentes partidários, estariam sendo fomentadas pelo Palácio do Planalto. O governo, reiteradas vezes, tem manifestado o desejo de que os políticos participem cada vez mais das decisões. Exemplo disso são as últimas declarações do ministro da Justiça Abi-Ackel sobre as eleições. Com efeito, o ministro afirmou que «os políticos é que decidirão. E o exemplo de participação nesse caso deverá começar em casa, no próprio PDS».

Arte da negociação

O presidente do PDS, senador José Sarney, descartou ontem a possibilidade de o governo mandar ao Congresso uma ampla reforma constitucional para negociar a rejeição da emenda Lobão com o PP e o PTB, como propuseram o senador popular Tancredo Neves e o deputado petebista Getúlio Dias.

— A política é a arte da negociação e com o pluripartidarismo a tendência na tramitação de todas as matérias é que elas sejam negociadas, — disse Sarney, didático — contudo, não tenho conhecimento que o governo esteja disposto a mandar de pronto uma proposta para negociar com os partidos de oposição.

Sarney negou, porém, que a má vontade esteja com o governo, embora o PP e o PTB já tenham adiantado que votarão com o governo pela rejeição da emenda que restabelece eleição direta para governador, do deputado Edison Lobão, no caso de o Executivo encaminhar uma proposta restabelecendo esse mesmo pleito, extinguindo os bônus e reformulando a Lei Falcão, que proíbe o acesso dos candidatos a eleições gerais ao rádio e a televisão para fazer propaganda político-eleitoral.

ADESAO

O ministro em exercício do Planejamento, Flávio Pécora, que contribuiu com o senador José Sarney no processo de organização do PDS, filiou-se ontem ao partido e o defendeu das críticas de que tem um programa que peca pela falta de sinceridade ao tentar tomar as bandeiras dos partidos de esquerda, chegando a tentativas de sovietação.

— Acho o programa do PDS absolutamente sincero, — disse Pécora. Ele reflete o que seus fundadores identificaram como anseios da nação. Essa história de tentativa de sovietação e de tomar bandeiras da oposição é um enfoque falso, porque o PDS tem suas próprias bandeiras, que são as de todo brasileiro.

— Nos termos em que esse assunto está colocado no programa do PDS, implica em uma modalidade perfeitamente ajustada ao regime de economia de mercado. Isso não é comunismo, nem tentativa de sovietação, concluiu Pécora.